



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016  
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

CONSÓRCIO DOUTORAL

ISSN 1983-6783

## **OS ATORES SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA DA AUTOGESTÃO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**

Rita de Cássia da Rosa Sampaio Brochier, Maria de Lourdes Borges (orientadora)  
Unilasalle Canoas

### **Resumo**

O objetivo da futura tese de doutorado é o de buscar maiores subsídios de interpretação e compreensão referente à mobilização dos atores sociais voltados para a construção da memória coletiva da autogestão em empreendimentos econômicos solidários.

**Palavras-chave:** Memória Social, Autogestão.

**Área Temática:** Memória Social.

### **1. Introdução - Propósito central do trabalho**

O processo de autogestão é mais complexo do que uma empresa ser gerenciada pelos empregados. A autogestão é uma forma de gerir democraticamente, é um trabalho conjunto, e é isso o que difere a economia solidária do capitalismo. No Brasil, atrelado ao desenvolvimento da Economia Solidária nos anos 90, a prática autogestionária ressurgiu como relação de trabalho em empreendimentos econômicos solidários (ANDRADA; SATO, 2014). Nesse modelo, pressupõe-se que todas as pessoas trabalham juntas, auto administram o empreendimento e trabalham operacionalmente ao mesmo tempo. O pressuposto da autogestão é que as próprias práticas de autogestão são formativas de cultura autogestionária, pois há aprendizado por meio e com a prática (SINGER, 2011).

Para Lima (2013) a prática autogestionária vai além da gestão e produção coletiva. Para tal, é necessário que haja amadurecimento e um resgate da singularidade do cooperado. Amadurecimento, pois os trabalhadores/cooperados carregam consigo a cultura do modelo capitalista de trabalho nas figuras do patrão e do empregado. E o resgate de singularidade, visto que é imprescindível que o cooperado manifeste sua subjetividade, como característica única de cada ser humano, fazendo parte integrante da coletividade. A cultura autogestionária, caracterizada pela livre expressão da singularidade e subjetividade de cada cooperado, pode ser percebida em empreendimentos econômicos solidários. Trata-se de questões psíquicas, sociais e materiais ímpares, que perpassam o cotidiano de trabalho do grupo.

Assim, será preciso para a futura tese de Doutorado em Memória Social e Bens Culturais, maiores subsídios de interpretação e compreensão referente a mobilização dos atores sociais em empreendimentos econômicos solidários.

Novos elementos de análise podem facilitar essa interpretação e compreensão, tais como as questões intrínsecas dos atores sociais. Por Halbwachs (1990) entende-se que os atores sociais são aqueles que representam e reproduzem papéis na sociedade. Ao compreender os indivíduos que compõem um empreendimento econômico solidário como atores sociais, podem



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016  
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

CONSÓRCIO DOUTORAL

ISSN 1983-6783

surgir entendimentos sobre os motivos pelos quais há ou não um distanciamento no desenvolvimento da consciência crítica que leva à práxis, o que pode acabar prejudicando a efetivação da autogestão nos empreendimentos. As barreiras para a efetivação da autogestão podem estar atreladas a não participação dos atores sociais nos processos coletivos dos empreendimentos, tendo a memória coletiva um papel importante nesse contexto, uma vez que o principal elemento da memória coletiva são os “acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” (POLLACK, 1992, p. 201).

Nesse contexto, a futura pesquisa da tese de doutorado, se propõe a responder ao seguinte **problema de pesquisa**: Como ocorre a mobilização dos atores sociais para a construção da memória coletiva da autogestão em empreendimentos econômicos solidários?

## 2. Marco Teórico

### 2.2 Memória Social

Memória social é um processo de reconstrução, é uma forma de acessar o passado através do presente, podendo esta ser coletiva ou individual. Individual porque o primeiro testemunho ao qual se recorre para lembrar são as próprias lembranças, porém, essas próprias lembranças podem também se apoiar nas lembranças de outras pessoas, recorrendo assim, a memória coletiva (HALBWACHS, 1990). Nessa ideia de se recorrer, nem sempre, as suas próprias recordações para relembrar algo, é que memória individual e memória coletiva, por vezes, se confundem. O quadro 1 tenta esclarecer suas principais diferenças e/ou semelhanças:

Quadro 1: Memória Individual x Memória Coletiva

MEMÓRIA INDIVIDUAL	MEMÓRIA COLETIVA
Apoio nas próprias lembranças.	Apoio também nas lembranças do (s) outro (s).
Recriação em si próprio.	“Nunca estamos sós (...) as lembranças permanecem coletivas” (HALBWACHS, 1990, p.26).
Pode ser o gatilho para a memória coletiva.	Testemunhos podem ser insuficientes para reconstituir uma lembrança suprimida.

Fonte: Baseada em Halbwachs (1990).

Em uma comparação entre memória individual e memória coletiva, parece haver, num primeiro momento, uma forte relação entre memória individual e memória coletiva, mas algumas diferenças podem ser claramente identificadas. A primeira sinaliza que a memória individual está restrita a próprias lembranças de um indivíduo e que a memória coletiva necessita do apoio das lembranças de outros indivíduos, mesmo que estes não estejam presentes e/ou materiais, para que se reconstitua.

No exemplo do passeio em Londres, descrito por Halbwachs (1990), percebe-se a relação entre memória individual e coletiva, referindo-se ao apoio na memória dos outros para a reconstituição de suas próprias memórias, mesmo que este indivíduo esteja só. No exemplo, ao fazer um passeio sozinho, o autor descreve como a presença de lembranças de outros, em



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016  
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

CONSÓRCIO DOUTORAL

ISSN 1983-6783

determinados momentos, servem como gatilhos para a reconstituição de sua memória em relação aos lugares visitados. Dessa forma, a memória, principalmente coletiva, requer a “participação” do outro para sua reconstituição, seja na forma de gatilho ou de compartilhamento.

A separação da realidade em duas dimensões: a dimensão individual e a dimensão coletiva referem-se a uma lógica dicotômica que divide as noções de indivíduo e sociedade (MELO, 2010). Porém, embora os termos individual e coletivo sejam de fato, distintos enquanto conceito, no que se atribui memória individual e/ou memória coletiva Ferreira (2011) menciona que a memória coletiva é o liame da memória individual com o contexto social, ou seja, um contínuo processo de reconstrução da memória (reinterpretação do passado no presente) em que o indivíduo interatua com seu mundo. Talvez, esta interação do indivíduo com o seu mundo seja o que Agamben (2009) cita da obra de Nietzsche “Considerações intempestivas” em que o autor busca uma posição referente ao seu presente a partir de um alinhamento com seu tempo. Porém, esse tempo, não seria o tempo histórico, motivo de excitação para muitos “a cultura histórica” e sim a “atualidade” e a “contemporaneidade” referente ao presente, incoerente e separado, que torna um indivíduo capaz de compreender seu próprio tempo, o presente (AGAMBEN, 2009).

Para Ricoeur (2007) a memória individual e memória coletiva são dispostas em concorrência, mesmo não se opondo no mesmo plano, foram os mundos dos discursos que as privaram uma da outra. Portanto, o autor trata esses “universos de discursos alheios” como um equívoco, e se propõe a partir do que denomina “olhar interior” – memória individual e “olhar exterior” – memória coletiva (sob a perspectiva de Maurice Halbwachs), elucidar que, mesmo em composições diferentes, a memória individual e a memória coletiva podem ser recíprocas.

Referente à tradição do olhar interior – memória individual, Ricoeur (2007) menciona Santo Agostinho, John Locke e Husserl para compor sua corrente filosófica. Em Santo Agostinho, Ricoeur (2007) refere-se a três aspectos que caracterizam o sentido alheio da memória individual: a) o caráter singular – as lembranças são somente suas, intransferíveis; b) o liame da consciência e o passado habitam a memória – o seu passado é seu passado, são suas percepções, esse aspecto representa a continuidade do indivíduo no tempo; c) memória como passagem do tempo – passagem do passado para o futuro, por meio do presente. Para Santo Agostinho, segundo Ricoeur (2007) esse tempo seria o tempo do mundo, assim, o próprio Santo Agostinho insere um questão que denomina “radical” sobre a inserção da memória individual nas operações da memória coletiva em que o tempo do mundo as conjugaria. Uma relação singular com seu próprio tempo (relação de aderência e distanciamento) para Agamben (2009) é a contemporaneidade, um indivíduo não pode viver seu próprio tempo, sua própria época e ser aderente a ela, pois isso não lhe permitirá flexionar um olhar sobre o seu próprio. O ser contemporâneo possui uma relação anacrônica com o tempo.

Referindo-se a John Locke, Ricoeur (2007) o menciona como significativo em sua corrente filosófica. Para John Locke o indivíduo é reconhecido somente por sua consciência que é o *self* e que essa consciência e a memória são únicas. E por fim, sobre o olhar interior Ricoeur (2007) ainda destaca Husserl, que associa à memória ao tempo, sem que haja intervalos entre eles.

Porém, para Ricoeur (2007), existe um momento em que é necessário passar do eu para o nós, levando-nos a uma ideia de possessividade da memória individual, mas de recordações coletivas. Assim, o olhar exterior segundo Ricoeur (2007), com base em Maurice Halbwachs sobre a memória coletiva, argumenta que a recordar é uma atividade que se desenvolve coletivamente, uma vez que as pessoas não estão sozinhas, ou seja, não lembram sozinhas, a exemplo do passeio em Londres.



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016  
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

CONSÓRCIO DOUTORAL

ISSN 1983-6783

Por fim, Ricouer (2007) menciona a possibilidade de haver entre a memória coletiva e a memória individual um “plano intermediário” em que as pessoas realizem permutas entre suas memórias individuais e ou coletivas. Para o autor nesse “plano intermediário” se desenvolvem as relações com o “próximo” e que cada um possui a faculdade de apoiar-se na memória individual ou coletiva. Os próximos seriam são as pessoas que um indivíduo encontra nos caminhos de sua vida e que Ricouer (2007) os cita como as pessoas que aceitam sua existência reciprocamente, o que se poderia chamar por Alfredo Schutz de relações contemporâneas.

Relações contemporâneas que por Agamben (2009) podem ser chamadas relações no tempo, mas de um tempo anacrônico, pois para o autor é nesse tempo deslocado, talvez, fora do lugar (SAID, 2004) que o indivíduo apreende com o seu tempo. Isto não significa dizer que um indivíduo deva viver em outro tempo, mas saiba viver o seu tempo, pois não é possível fugir dele (AGAMBEN, 2009). Nessas relações, vive-se o presente, rememorando passado.

### 2.3 Autogestão

A autogestão foi reconhecida como conceito em 1950, na Iugoslávia, pelo partido comunista que, na tentativa de modernizar o sistema econômico do país, atraiu a participação de cidadãos detentores de conhecimento técnico e profissional das empresas que o governo possuía o poder (MOTHÉ, 2009). Porém, segundo Cançado (2008), existem relatos mais antigos sobre o nascimento da autogestão.

Quadro 2: Histórico da Autogestão

<b>Autores citados por Cançado (2008)</b>	<b>Históricos</b>
Mandell (1977)	Cita a primeira experiência autogestionária, em 1819, após 11 semanas de greve, trabalhadores ingleses do tabaco ordenaram seus próprios trabalhos. E, em 1833, depois de organizarem o trabalho como associativo, alfaiates franceses dispensaram a necessidade de patrões.
Motta (1981)	Cita Proudhon como pai da autogestão, este acreditava que a autogestão poderia atingir níveis macros, como uma nação, por exemplo, e que esta era a forma ideal para organizar uma sociedade.

Fonte: Cançado (2008).

Entende-se que a autogestão parte de iniciativas de organização com gestão do tipo tradicional, e que, por algum motivo, tiveram que se reorganizar para adequar-se a um novo contexto, tornando-se, desta forma, a autogestão um princípio de organização para a geração de trabalho e renda (MANDELL, 1977 apud CANÇADO, 2008). Alguns autores indicam Proudhon como o criador da autogestão e acreditava nesse processo como forma de organização de uma sociedade, para que o ser humano deixasse de ser controlado pelo próprio ser humano (MOTTA, 1981; CANÇADO, 2008). Assim, a ideologia de um novo formato de sociedade permitiria que o ser humano não fosse mais controlado por ele mesmo. Nesse novo formato prevaleceria a igualdade, e ninguém mais seria controlado, o ser humano trabalharia de igual para igual fazendo sua própria gestão, ou seja, sua autogestão. Aproximando-se da visão da economia solidária, a autogestão é um componente singular do cooperativismo, e é considerada um sistema em movimento, dada a relação com seres humanos (CARNEIRO, 1983 apud CANÇADO, 2008). No âmbito da economia



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016  
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

CONSÓRCIO DOUTORAL

ISSN 1983-6783

solidária, a autogestão deve ser um elemento essencial, de característica única e dinâmica, pois é uma relação entre seres humanos onde acontecem ações e interações.

A autogestão é uma maneira de composição do trabalho, em que o modo de produção seja coletivo, sem discernir o trabalho entre a sua concepção e execução. Pode-se questionar se na prática de uma cooperativa, por exemplo, serão todos os envolvidos que participarão do processo, ou se, uma maioria se engajando no processo, resultaria no que se pode chamar de autogestão. Ou seja, não deve haver separação entre a compreensão e a prática do trabalho, o trabalho deve ser coletivo; trata-se de uma estrutura de trabalho que deve ser acompanhado de um processo educacional contínuo (CANÇADO, 2008).

O processo de desenvolvimento da autogestão, segundo Mota (1981), tem como base a educação, considerada agente indispensável de tal processo. A educação, nesses casos, atua como condutora de um processo de formação e conscientização. A implementação da autogestão não deve acontecer sem que exista uma formação de consciência do trabalhador, pois, esta falta formação aumenta o risco de desfazerem-se experiências, podendo regredir ao meio capitalista (CANÇADO, 2008). Na verdade, por mais que agentes externos desejassem que a autogestão fosse praticada em dada situação, ela não acontece sem a formação de consciência do trabalhador, que depende de um processo educativo.

Para Adams (2010) a educação é um sistema que abrange diversas conexões sociais. Assim sendo, existem diferentes ambientes, além do espaço escolar, passíveis de aprendizagem. Nesse contexto, é a cultura popular que dá origem à construção destes diferentes ambientes em que os saberes individuais ou coletivos se reproduzem (BRANDÃO; ASSUMPÇÃO, 2009). Em vista disso é que a economia solidária pode ser entendida como um ambiente favorável à educação popular. Para Adams e Santos (2013) a organização prática de um grupo para o trabalho associado é propício à constituição do que pode ser chamado de “pedagogia da autogestão”. O desenvolvimento da autogestão a partir da reprodução dos saberes, por exemplo, pode significar a reinvenção de metodologias participativas (ADAMS; SANTOS, 2013).

### 3. Metodologia

Numa pesquisa empírica, se faz necessário procurar conhecer o contexto social do ambiente pesquisado. Nenhuma evidência será verdadeiramente compreendida enquanto for somente identificada no *corpus dos dados*, é necessário que se faça, a partir dela, um trabalho de interpretação e compreensão. A presente proposta envolve uma pesquisa qualitativa, pois a pesquisa qualitativa permite que um fenômeno seja entendido a partir das perspectivas dos participantes (STRAUS; CORBIN, 2009). Para Strauss e Corbin (2009), a escolha pelo método qualitativo se dá pela natureza do problema de pesquisa, uma vez que esse método é usado para pesquisar assuntos ainda pouco explorados, ou sobre assuntos dos quais muito se sabe. O problema de pesquisa ora proposto é coerente com uma proposição metodológica qualitativa, uma vez que pretende aprofundar elementos subjetivos e interacionais voltados para o entendimento da construção da memória coletiva da autogestão pelos atores sociais em empreendimentos econômicos solidários.

O método que se pretende utilizar, mas não reduzido a ele, é o da pesquisa participante. A pesquisa participante se diferencia da pesquisa tradicional, pois busca, no seu desenvolvimento, auxiliar seus participantes a reconhecerem seus problemas por si mesmos, também analisá-los criticamente e buscar as soluções. Dessa forma, os problemas nascem dos próprios participantes, sem que haja a interferência de um pesquisador (BOTERF, 1987). Freire (1999) menciona que



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016  
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

CONSÓRCIO DOUTORAL

ISSN 1983-6783

desenvolver pesquisa com grupos populares, nos quais os participantes se inserem, promove ação para o conhecimento de si mesmo e da realidade. “Desse modo, fazendo pesquisa, educo e estou me educando com os grupos populares” (FREIRE, 1999, p. 36).

Entende-se que os seres humanos são seres que interagem com o mundo e no mundo, são seres que criam sua própria história, pois, enquanto seres humanos, eles se relacionam, desenvolvem consciência, aceitam desafios, refletem e respondem. “Os seres humanos são feitos para transformar o mundo” (TROMBETTA; TROMBETTA, 2008, p.423).

Para o desenvolvimento de uma pesquisa, faz-se necessário conhecer como os procedimentos de coleta, análise e interpretação dos dados foram escolhidos, isto qualifica seus resultados gerando confiabilidade ao trabalho (GIL, 2010). Para o desenvolvimento desta futura tese de doutorado, pretende-se utilizar três instrumentos de coleta de dados: entrevistas, observação participante e uma pesquisa documental.

A entrevista é essencial quando se pretende investigar práticas, crenças ou valores (DUARTE, 2004). Pretende-se utilizar a entrevista semiestruturada, pois nessa, se utiliza perguntas que permite que o entrevistador vá além das respostas, fazendo novas perguntas não descritas ainda por ele.

Sobre a observação participante, May (2004) destaca sua utilização para a pesquisa social na observação de fenômenos sociais. Destaca, ainda, que é um processo que precisa ser vivenciado, percebido, para que se possa compreender as ações do contexto observado. A observação participante pode, também, contribuir nas entrevistas, servindo como guia na construção das perguntas ou, ainda, colaborar para a interpretação delas. É necessário que se adote uma forma de registro das observações, podendo ser o chamado diário de campo, pois é importante que se tenha focos de interpretações organizados para que os registros contemplem de fato a necessidade do pesquisador (MAY, 2004).

Na pesquisa documental, é feita uma análise de documentos que ainda não foram pesquisados, mas que podem ter valor científico de acordo com os objetivos. Segundo Gil (2010), documento é qualquer objeto que possa comprovar algum fato ou acontecimento, como, por exemplo, cartas, documentos jurídicos, fotografias, imagens, registros estatísticos e materiais de divulgação. Os documentos que se pretendem analisar são os próprios documentos dos empreendimentos.

Para a análise dos dados a serem coletados na pesquisa, pretende-se utilizar a análise de conteúdo. Essa técnica de análise de dados consiste em examinar informações com vistas a alcançar derivações organizadas de um conteúdo qualitativo ou quantitativo, para que se possam deduzir ideias categorizadas a partir dele (BARDIN, 2010). Dessa forma, a análise de conteúdo permite organizar dados para realizar análise com base em categorias emergentes do próprio conteúdo.

Entende-se também que o método da história oral poderá trazer importantes contribuições para o desenvolvimento da pesquisa proposta, pois para Meihy (2011, p. 61) “a memória registrada por meio da oralidade é resultado de uma seleção dinâmica, variável e bastante subjetiva”. Ainda para Meihy (2011), as entrevistas podem ser fontes onde o pesquisador pode entender como cada entrevistado percebe as suas “sensações, comprometimentos, satisfações, derivados de acordos mediados por situações de trabalho e produção e regulados por salários”. São aspectos metodológicos essenciais para a presente proposta, mas que precisam de aprofundamento.



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016  
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

CONSÓRCIO DOUTORAL

ISSN 1983-6783

## Referências

ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária**. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.

ADAMS, Telmo; SANTOS, Aline Mendonça dos. Economia Solidária: um espaço peculiar de educação popular. In: STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.). **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

AGAMBEM, Giorgio. **O que é contemporâneo e outro ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.

ANDRADA, Cris Fernández; SATO, Leni. **Trabalho e política no cotidiano da autogestão: a rede Justatrama**. Revista Psicologia e Sociedade, Santa Catarina, v.26, n. esp., p. 3-13, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BOTERF, Guy Le. Pesquisa Participante: Propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p.51.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura rebelde: escritos sobre a educação popular ontem e agora**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

CANÇADO, Airton Cardoso. A construção da autogestão em empreendimentos da economia solidária: uma proposta metodológica baseada em Paulo Freire. In: SILVA JR., Jeová Torres. et al, (Orgs.). **Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008, p.97.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Disponível em <  
<http://www.ia.ufrjr.br/ppgea/conteudo/T2-5SF/Sandra/Entrevistas%20em%20pesquisas%20qualitativas.pdf> > Acesso em jun.2014.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Políticas da memória e políticas de esquecimento. **Revista Aurora**, São Paulo, v.10, p. 102-118, 2011.

FREIRE, Paulo. Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999, p.34.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HALBWACHS, Maurice. "A memória coletiva e a memória individual". IN: \_\_\_\_\_. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, pp. 25-52.

LIMA, Maria Isabel Rodrigues. **Economia Solidária e Vínculos**. São Paulo: Ideias e Letras, 2103.



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016  
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

CONSÓRCIO DOUTORAL

ISSN 1983-6783

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEIHY, Jose Carlos Sebe B. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

MELO, Danilo Augusto S. **Memória social e criação: uma abordagem para além do modelo da representação**. Orientador: Miguel Angel de Barrenechea. Rio de Janeiro: UNIRIO/PPGMS; CAPES, 2010. Tese (Doutorado em Memória Social).

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Burocracia e autogestão: a proposta Proughon**. 1981. 220 f. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. 1981.

MOTHÉ, Daniel. Autogestão. In: CATTANI, Antônia David; et al (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Editora Almedina, 2009, p.26.

POLLACK, Michael. "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, 5 n. 10, 1992, p. 200- 212.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2007.

SAID, Edward W.. **Fora do Lugar: memórias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SINGER, Paul. Políticas Públicas para a Economia Solidária no Brasil. In: SIDNEY, Lianza e ADDOR, Felipe (Orgs.). **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p.143.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa: Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TROMBETTA, Sérgio; TROMBETTA, Luis Carlos. Vocação Ontológica. In: STRECK, Danilo R. et al, (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008, p.423.